

Plano Bush para dívida

QUINTA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 1989

pode sair amanhã

Ele prevê incentivo ao banco que perdoar parte dos débitos e mais garantias do FMI

MOISÉS RABINOVICI
Correspondente



Reuter- 15/2/89

Baker: seu plano acabou

tra, o estudo encomendado pelo Congresso, em 1988, e que só será entregue em mais uma ou duas semanas", disse.

"EXEMPLARES"

O novo plano do governo americano contém algumas mudanças em regulamentos bancários que podem incentivar os bancos comerciais a perdoar parte da dívida de US\$ 400 bilhões dos países latino-americanos, como fontes anônimas do Departamento do Tesouro confirmaram ao *The Wall Street Journal* e *The Washington Post*.

Por ele, também, o Banco Mundial e o FMI desempenhariam um novo papel, como o de fornecer garantias, aos credores comerciais, de que os países devedores continuarão pagando suas dívidas, depois que elas forem premiadas com uma redução.

Os primeiros devedores beneficiados, segundo o *Post* de ontem, poderiam ser o México, a

Venezuela e o Chile, considerados "exemplares".

A securitização da dívida, como feita pelo México em novembro de 1987, pode servir de modelo, no novo plano americano, segundo o *Journal*. Um funcionário envolvido na estratégia da dívida externa disse à Agência Estado, porém, que "este esquema não funcionou direito", descartando a repetição do exemplo.

"O governo mexicano comprou dos Estados Unidos um bônus especial, tipo zero. Os bancos que quisessem podiam trocá-los por dívida. Uma característica do "bônus zero" é a de que pode ser vendido com um desconto muito grande. Isto criou um problema ao mesmo tempo prático e teórico: garantia só o principal, tornando-se equivalente ao valor de face da dívida, com a maturação. O plano mexicano não contribuiu em nada para manter o fluxo dos juros. Reduziu em US\$ 1 bilhão a dívida do país, mas não facilitou o serviço da dívida", disse a fonte.

O governo americano também estaria pensando num *rollback*, que, como esclareceu o mesmo funcionário, seria "uma renegociação da dívida nos moldes tradicionais, mas com uma exceção: o credor declararia uma perda também sobre a diferença dos juros".

"Podemos falar em evolução do 'Plano Baker', algo que não vai satisfazer todo mundo, nem mesmo dentro do governo americano", prevê uma fonte do próprio governo.

Credores não vão aceitar pressões

Os grandes bancos internacionais já anteciparam ao Departamento do Tesouro: vão à Justiça contra qualquer iniciativa de forçá-los a conceder um perdão para a dívida, que é uma "apropriação indébita e inconstitucional".

Esta posição foi adotada por 186 bancos de 40 países reunidos pelo Institute of International Finance, em janeiro. O novo plano do governo americano, pelo que se sabe até agora, não força os bancos a reduzir dívidas, mas sugere que a diminuam voluntariamente.

Só que "quando o governo joga seu peso no princípio da redução da dívida, não se pode mais dizer que os bancos a aceitarão de forma voluntária", comentou um funcionário do Tesouro.

O presidente do Comitê de Bancos Credores do Brasil, William Rhodes, defende uma estratégia que combinaria a redução voluntária da dívida, através de conversão e de Exit Bonds, com a concessão de dinheiro novo.

Um banqueiro consultado ontem pela Agência Estado, em Nova York, reconheceu que "os bancos não estão mais mortalmente ameaçados pela dívida", como em 1982, mas que os países devedores continuam precisando de dinheiro". M.R.